

Quinta-Feira, 25 de Junho de 2026

O Contragolpe e o Rivotril

RENATO DE PAIVA PEREIRA

Renato de Paiva Pereira

O Rivotril é um medicamento muito conhecido. Dizem que é bom para o tratamento dos sintomas de ansiedade, acalmando o paciente e induzindo o sono quando as pessoas estão privadas dele, em momentos de estresse.

Provavelmente, o estoque deste calmante está baixando em Brasília e entorno, desde que a Polícia Federal divulgou os resultados da Operação Contragolpe. Os indiciados devem estar usando este ansiolítico em grandes doses, na busca de alguma paz.

Desde o dia 19 de novembro, quando foi divulgada a lista dos 37 indiciados pela PF por participarem da tentativa de golpe, o País ficou sabendo quão perto esteve de voltar à ditadura militar que começou em 1964 e durou 21 anos.

A trama de que trata a investigação não foi uma puerilidade de alguns soldados desimportantes, mas um movimento planejado por generais ligados ao governo e oficiais de alta patente.

A prisão ou morte do Ministro Moraes, segundo planejaram os amotinados, daria o start do processo, que culminaria com a tomada do poder pelos militares. Em seguida, seria instalado um gabinete provisório sob o comando de Augusto Heleno e Braga Neto - generais da cozinha de Bolsonaro - logo depois, eles devolveriam o poder ao Presidente.

Mas há ainda um fato estarrecedor: os golpistas teriam decidido matar o Ministro Alexandre de Moraes, provavelmente com arma de fogo ou explosivo, e envenenar o Presidente Lula e o Vice Alckmin.

Os participantes identificados até agora já foram indiciados pela PF. Indiciados quer dizer que a polícia, após quase dois anos de investigação, descobriu indícios suficientes dos crimes que eles cometeram. Na sequência, o processo que já está na Procuradoria Geral da República, pode ter um de três desfechos:

- 1) A PGR pode devolvê-lo para completar investigações;
- 2) É possível encaminhá-lo ao STF com pedido de arquivamento, ou
- 3) Oferecer denúncia.

Cabe, entretanto, ao STF a decisão final:

- 1) Determinar a busca de novas provas,

2) Concordar com a PGR e arquivar o processo ou

3) Acatar as denúncias e abrir inquérito. Neste último caso, os denunciados se tornam réus e inicia-se o julgamento, após a manifestação dos advogados contratados pelas partes.

Mas, no meio destes disparates, um fato chama a atenção. O General Gomes Freire, então comandante do Exército Nacional, nomeado pelo Bolsonaro (é bom que se diga), recusou-se a participar da quartelada e juntamente com o comandante da Aeronáutica o Tenente Brigadeiro Batista Júnior não topou dispor as tropas para o Golpe de Estado. Mas, o Almirante Almir Garnier – ao contrário de seus colegas - de pronto ofereceu apoio da Marinha para a insurreição.

O que distingue o Almirante do General e do Brigadeiro é que estes últimos cumpriram o juramento de lealdade que fizeram à Pátria e à Constituição, enquanto aquele escolheu trair a Nação, preferindo ser fiel ao Presidente que o nomeou.

A conta pela opção infeliz está chegando: enquanto os ex-comandantes do Exército e da Aeronáutica estão altivos e de cabeça erguida, o da Marinha e os conspiradores recorrem às farmácias da Capital para reforçar o estoque particular de Rivotril.

Renato de Paiva Pereira é empresário e escritor.